

Trabalho extrativista e condições de vida de trabalhadores: Famílias da Ilha do Combú (Pará)

Extractive work and workers living conditions: Families in Combú Island (Pará)

Vera Lúcia Batista GOMES¹

Raimundo Sócrates de Castro CARVALHO²

Resumo: Este artigo analisa a atividade extrativista do açaí na Ilha do Combú (Pará) e as condições de vida dos trabalhadores atuantes nesta. Tem como base a pesquisa de campo, cujos sujeitos foram aqueles que exercem tal atividade na referida Ilha. Parte da reflexão sobre o trabalho extrativista e o modelo de desenvolvimento imposto para a Amazônia, o qual responde aos interesses do capital em versão globalizada, reeditando a sua inserção na divisão internacional do trabalho, via reprimarização da economia. Esse modelo determina formas de trabalho precário e as condições de vida dos trabalhadores/famílias que dependem deste para a reprodução social. Ao final, destaca que a renda obtida com a atividade de extração do açaí e a precariedade dos serviços públicos de saúde, educação, saneamento básico atendem minimamente as necessidades imediatas dos sujeitos pesquisados, enquanto há, contraditoriamente, o aumento da comercialização do açaí.

Palavras-chave: Trabalho extrativista. Amazônia. Desenvolvimento. Condições de vida.

Abstract: This article analyzes the extractive work of Açaí in Combú island (Pará) and workers living conditions. To present how base the field research whose subjects are workers that do this type of work in island. Part of reflection on the extractive work and the type of development imposed for Amazonia, which responds the interests of capital in globalized version, to edit again the insertion in international division of work, through the reprimarization of economy. This development determines the forms of precarious work and conditions life of workers / families that depend of work for social reproduction. At the end, to point that the income obtained with this work and shortage of public services like health, education and basic sanitation meet the minimum of basics necessities this workers, but on the contrary increases the Açaí production.

¹Doutora em Sociologia do Trabalho pela Universidade Picardie "Jules Verne". Docente do curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - (UFPA, Brasil). Email: <veralucia@ufpa.br>.

²Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - (UFPA, Brasil). Professor Assistente da Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social Campus Breves - (UFPA/FACSS, Brasil). Email: <castrosocrates@yahoo.com.br>.

Keywords: Extractive work. Amazonia. Development. Conditions life.

Submetido em: 30/05/2012

Aceito em: 23/10/2012

Introdução

O interesse por este estudo surgiu a partir da constatação do aumento da demanda do açaí no mercado local, regional e internacional, nos últimos anos, porém, contraditoriamente, a renda obtida com essa forma de trabalho, não tem possibilitado melhorias das condições de vida aos trabalhadores/ famílias que dependem da renda obtida com a extração do açaí para a sua reprodução social. Embora esta forma de trabalho contribua, minimamente, para atender certas necessidades básicas desse segmento populacional.

Assim, este artigo se propõe a analisar o trabalho extrativista do açaí na Ilha do Combú - Pará e as condições de vida de trabalhadores/família, visto que o modelo de desenvolvimento imposto para a Amazônia voltado para responder os interesses do capital em sua versão globalizada, reedita a sua inserção na divisão internacional do trabalho, via reprimarização da economia, mantém essa forma de trabalho.

O extrativismo, não raro, é apontado como opção inviável para o desenvolvimento da Amazônia. Tal consideração é

baseada numa visão dessa atividade como simples coleta de recursos naturais, o que excluiria técnicas como cultivo, criação e beneficiamento. Na região amazônica, essa visão se apresenta limitada, pois não leva em consideração a cultura das populações locais que favorece a relação com a natureza. Dessa forma, faz-se necessária a ampliação dessa concepção, admitindo-se que existam alguma tecnologia e usos dos recursos naturais incluídos no modo de vida e na cultura extrativistas. Nesta perspectiva, o conceito de extrativismo transcende o nível econômico, na medida em que o mesmo não rompe inteiramente com o universo cultural das populações tradicionais (seringueiros, ribeirinhos, índios, etc.), as quais possuem características culturais próprias que cimentam e dão unidade ao trabalho extrativista.

Historicamente, a Amazônia tem se constituído um tradicional fornecedor de commodities primário no mercado internacional. No primeiro decênio do século XXI, a dinâmica das exportações desses produtos foi aquecida em decorrência do aumento da demanda dos países asiáticos. Desta forma, esta região tem se constituído um território prioritário para a expansão internacional do capital, por

oferecer matérias primas (potencialidades minerais, florestais agropecuários e agroindustriais) para as atividades produtivas a baixo custo, pela ocupação integrada à ação governamental nos planos de controle e segurança nacional e pelos modelos de desenvolvimento impostos pelo grande capital, com apoio do Estado, para reproduzir força de trabalho abundante e de baixa qualificação que pudesse ocupar os postos de trabalho gerados pelo processo de crescimento econômico do país (LEAL, [1991]).

Assim, a vida do trabalhador extrativista expressa uma relação direta com o trabalho que exerce em determinado momento histórico, em uma dada sociedade, uma vez que não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e nos meios de subsistência imprescindíveis a cada sociedade. O fato da produção do açaí ser sazonal e a renda obtida com o trabalho extrativista deste ser insuficiente para garantir os meios para a sua reprodução social obriga os trabalhadores e/ou outros membros de sua família, no período da entressafra, praticarem outros tipos de trabalho precários, em que exercem atividades de lavadores de carro, domésticos, venda de bombons, etc.

Afirma-se, então, que toda sociedade tem hipotecada sua existência à natureza – o que varia, historicamente, é a modalidade de organização dos homens para transformarem a natureza (LESSA, 2007). Considerando que o trabalho é fundante para vida dos homens em sociedade, é

pertinente se interrogar sobre as determinações do trabalho extrativista do açaí, uma vez que o extrativismo vem sendo praticado na Amazônia desde longa data e constitui-se uma atividade primária que só se mantém no mercado competitivo se o produto coletado possuir nele um alto valor que supere as desvantagens locais, pois, tais “[...] atividades geram um regime de exploração quando não de servidão e completo desamparo e desassistência” (BENCHIMOL, 1999, p.39).

A lógica inicial do trabalho extrativista vem paulatinamente mudando, segundo a singularidade de cada realidade, visto que a demanda de produtos extrativistas aumenta consideravelmente, como é o caso do açaí. Isso posto, pergunta-se: Quais são os determinantes do trabalho extrativista com o açaí, na Amazônia brasileira, em particular na Ilha do Combú? Qual a relação existente entre essa forma de trabalho e o modelo de desenvolvimento instituído nessa região? Como se apresentam as condições objetivas de vida dos trabalhadores e de suas famílias, na medida em que estes dependem dessa forma de trabalho para a sua reprodução social?

Na tentativa de responder a estas questões, foi realizada uma pesquisa de campo junto a 30 (trinta) trabalhadores/trabalhadoras que desenvolvem a extração do açaí na Ilha do Combú - Pará, no período de março de 2009 a novembro de 2010, objetivando subsidiar a elaboração da dissertação de um discente do curso de Mestrado em Serviço Social/

Universidade Federal do Pará (UFPA). Os dados coletados foram atualizados no ano de 2011, por meio de estudos realizados por docentes integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas *Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-PPGSS/Universidade Federal do Pará.

A amostra constou de 27 (vinte e sete) trabalhadores e 03 (três) trabalhadoras, com idade entre 15 e 50 anos, principal intervalo de idade dos trabalhadores produtivos neste espaço. 85% possuem escolaridade com a predominância do Ensino Fundamental incompleto, porém, destes, 12,5 % se identificaram como analfabetos, ou seja, não sabem ler e nem escrever. O depoimento de uma pesquisadora revela que a baixa escolaridade das mulheres residentes na Ilha pode ser explicada pelo seguinte fato exposto no trecho do relato a seguir: “nós ganhamos família muito novinha e os nossos filhos não têm com quem ficar”.

A pesquisa teve como instrumento de coleta de dados um formulário aplicado junto aos trabalhadores extrativistas do açaí na Ilha do Combú - Pará, especificamente, junto a homens e mulheres chefes de famílias que exercem o trabalho de coleta do fruto e residem há mais de cinco anos no espaço delimitado à pesquisa. Este instrumento constou com perguntas abertas e

fechadas, relacionadas às condições de trabalho e às condições de vida das famílias dos respectivos trabalhadores.

Sendo assim, inicialmente, procurou-se compreender em que consiste o trabalho com a extração do açaí, ou seja, quais as condições objetivas nas quais tal atividade é realizada e a sua relação com o modelo de desenvolvimento imposto para a Amazônia na perspectiva da totalidade social. A seguir, foram analisadas as condições de vida das famílias que dependem dessa forma de trabalho para a sua reprodução social. Ao final, foi mencionado que trabalho extrativista do açaí na Ilha do Combú determina as condições de vida, isto é, o modo de ser e de viver dos trabalhadores e de seus familiares, o que significa dizer que a vida destes expressa uma relação direta com o trabalho que exercem em determinado momento histórico.

O trabalho extrativista e o modelo de desenvolvimento da Amazônia

O trabalho extrativista na Amazônia ainda persiste em muitas localidades da região, preservando características bastante peculiares e singulares, de modo que os aspectos culturais fortalecem a prática de tal atividade, no sentido de garantir meios de sobrevivência aos seus moradores. Isso porque muitos espaços na região como um todo não contam com alternativas em sua dinâmica econômica que propiciem o aprimoramento da co-

mercionalização, do acesso às políticas de financiamento e de transferência de outras informações que contribuam para o fortalecimento do referido trabalho, porém, há um aprendizado determinado pelas condições locais.

A potencialidade das atividades ligadas à produção extrativista, que ao longo do tempo foi se reconstituindo no sentido de possibilitar trabalho e renda, foi se metamorfoseando e continua a desenvolver em torno da agricultura campesina (atividade produtiva que se encontra ligada a terra, a partir de vários produtos, feijão, arroz, hortaliças, produtos extrativistas, como o açaí, piquiá, uxi, a pesca, etc.) unidades de produção doméstica (atividades de produção com o uso da terra), assim como produtos coletados da natureza (agricultura familiar, produtores extrativistas); dentre outros.

Todas estas atividades desenvolveram-se tendo por base primária a própria constituição histórica, ligada, principalmente, à mão de obra endógena e exógena, que paulatinamente mesclou-se por meio de uma mestiçagem, originando assim os povos caboclos e colonos. Estes povos passaram a desenvolver essas atividades que evidenciam a persistência do trabalho extrativo.

Segundo Futemma (2006), a rede de relações sociais construídas por estes caboclos lhes permite atravessarem o tempo e estabelecerem suas próprias organizações, estratégias de adaptação aos diferentes sistemas naturais, identidades e instituições. Neste sentido, os caboclos e

colonos apresentam características bem peculiares que revelam a sua origem mestiça, que aqui é colocada de uma forma não depreciativa, mas que relembra a sua origem, vinculada aos hábitos, costumes, conhecimento, valores e às técnicas, que foram aprendidos principalmente com o indígena e mesmo com o civilizado europeu, permitindo, assim, uma maior adaptação destes trabalhadores no espaço amazônico.

As várias formas de produção primária ligadas à pequena produção, espaço no qual, de certa forma, pode se compreender o trabalho extrativista, têm como base a contribuição teórica de autores clássicos, como Tepicht, Marx, Lenin e Chayanov, que apontam perspectiva teórica no sentido de se entender a estrutura dos pequenos produtores ligados ao campo, assim como a economia natural. Em dias mais recentes, surgiram outras concepções sobre esta forma de trabalho, dos autores Homma, Bercker, Costa, Hettirne, dentre outros.

Numa breve aproximação da concepção dos clássicos, constata-se que o trabalho extrativista se expressa pela agricultura vinculada aos pequenos produtores e/ou coletores – extratores que, na região Amazônica, podem ter denominações afins: agricultura familiar, camponesa, unidade doméstica, unidades agroextrativistas, etc. As condições das atividades camponesas, para Tepicht (1973), implicam necessariamente baixas possibilidades deste segmento de viabilizar-se com outra ênfase que não a de ser uma forma decrépita de produtividade destinada a um

fim próximo, apesar de ao mesmo tempo buscar firmar que, em meio à produção camponesa, há a existência de uma espécie de simbiose entre exploração agrícola e a instituição familiar que constitui o elemento a mais durável da reprodução das relações internas da economia camponesa.

Segundo Marx (1989), a pequena produção é compreendida pela circulação simples de mercadoria, em que os produtores se lançavam a partir de uma relação de venda e compra de outros produtos necessários a sua sobrevivência, motivo pelo qual eles não se inserem de fato em uma economia de mercado, e, assim, continuam desenvolvendo tal atividade. Para este mesmo autor, existe diferença entre o grande produtor, o médio produtor e o produtor pobre, podendo estes se desenvolverem em segmentos, a partir das condições postas para a produtividade, o que irá determinar o preço das mercadorias produzidas no mercado.

Seguindo este debate, constata-se que certos autores procuram enfatizar os setores ligados à pequena propriedade e/ou agricultura familiar, visto que os mesmos buscam, de certa forma, sobreviver e garantir melhorias de condições de vida para si e para os seus familiares, com a partir do trabalho que realizam em suas propriedades.

Dentre os clássicos que tratam deste assunto, Chayanov (1975) é o que mais se aproxima da discussão sobre a importância da produção extrativa e de sua relação com a pequena produção familiar.

Em geral, a referida atividade é desenvolvida em associação com outras produções extrativas, a saber: das drogas do sertão, da borracha, da castanha do Pará e, mais recentemente, do açaí. Essas produções são comercializadas para várias regiões do país e para o mercado externo, porém, segundo o autor acima citado, as mesmas não visam atender os interesses dos grandes proprietários, mas sim, garantir alternativas para a sua reprodução social e a de sua família.

Neste sentido, Chayanov (1985) comenta que inexistente a desintegração do campesinato, mas sim sua persistência e viabilidade no capitalismo. Essa persistência da produção familiar na agricultura é resultante de seus mecanismos internos, frutos de uma lógica própria que não utiliza o trabalho assalariado. Assim, qualquer unidade doméstica de exploração agrícola tem um limite natural para a sua produção, a qual é determinada pelas proporções entre a intensidade do trabalho anual da família e o grau de satisfação de suas necessidades.

Dessa forma, uma parte da produção extrativista é consumida pelas próprias famílias e a outra pode ser comercializada

da, o que possibilita o acesso aos produtos que não são produzidos no espaço da agricultura familiar. Segundo Chayanov (1985) são as

[...] relaciones sociales de producción locales, formas organizativas del mercado local y el carácter de la penetración del capitalismo comercial y financiero: tales son los principales factores que determinan la productividad y la remuneración del trabajo campesino [...]"(CHAYANOV, 1985).

Assim, o trabalho extrativista se dá de forma conjunta com outras atividades produtivas do campo, e que de certa forma criam meios à reprodução social dos trabalhadores/famílias. A propósito, Costa (2009) concordando com Chayanov (1985) afirma que a agricultura familiar se constitui uma forma de garantia de meios de sobrevivência, pois

[...] famílias que, tendo acesso a terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola, e não-agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com resultados dessa alocação (COSTA, 2009, p. 13).

Dentre os poucos estudos teóricos existentes no país sobre extrativismo, destaca-se aquele realizado pelo especialista em economia rural Homma (2003), no qual ele aponta, com base na teoria econômica neoclássica, a inevitável extinção dessa atividade. Esse autor sustenta que

A economia extrativa [...] começa pela descoberta do recurso natural que

apresenta possibilidade econômica ou útil [...]. A sequência natural é o início do extrativismo como atividade econômica" (p.56).

Segundo esta concepção, parece ser impossível superar as condições de atraso da atividade extrativista por meio de um salto de qualidade das forças produtivas (e não só das tecnologias de produção), o que tornaria tal atividade inviável como base para o desenvolvimento da Amazônia.

No entanto, análises que apontam essa "extinção" se apresentam, em geral, atreladas ao dilema "extrativismo puro" ou "domesticação". O primeiro termo fundamenta o conceito de extrativismo, entendido pelo autor acima referido como coleta de produtos existentes na natureza com produtividade baixa ou produtividade declinante. Nessa perspectiva, toda atividade de cultivo, criação, beneficiamento ou processamento, mesmo integrando um sistema de produção e um modo de vida extrativa, não seria mais considerada extrativismo, mas domesticação. Se tomarmos por base esta concepção, tenderíamos a considerar o trabalho extrativista do açaí realizado na Ilha do Combú pelos pesquisados com características da domesticação, seja porque a produção do bem não elimina o objeto de produção ('extrativismo por aniquilamento'), seja porque a busca da produção é feita junto a outras atividades ligadas à produção familiar de cunho imediato.

O conceito de extração, portanto, é amplo em seu objeto, por se aplicar à totali-

dade do ecossistema natural, e restrito em sua função, por limitar a apropriação dos recursos às qualidades e quantidades dos estoques primitivos, sem intervenção racional para sua ampliação. Tais práticas estão fundadas na cultura tradicional das populações amazônicas, que estabelecem uma relação homem-natureza. Seringueiros e índios veem na floresta a sua morada e a de seus ancestrais, um ambiente conhecido e acolhedor, objeto de saber e de crenças e fonte de subsistência.

Dessa maneira, durante 20 anos, ou seja, de 1965 a 1985, o Brasil praticou uma política de ocupação da Amazônia, e de expansão da sua fronteira agrícola. Para tanto, abriu estradas, distribuiu terras, organizou colônias e deu inúmeros incentivos, especialmente de crédito subsidiado, para instalar fazendas agropecuárias e empreendimentos madeireiros na região. Esta política de destruição da floresta aniquilou o extrativismo em várias regiões, como no Estado do Pará, onde foram derrubados os castanhais mais ricos do país, ou no estado de Rondônia, onde, na área de influência da estrada BR 364, desapareceram seringueis e castanhais. Desapareceram também diversas áreas extrativistas em Mato Grosso, Maranhão e Acre.

Com efeito, os desequilíbrios regionais favoreciam muito mais o Centro-Sul do país, em especial São Paulo, que possuía uma moderna indústria produtora de

bens de consumo não duráveis e se constituía como o setor mais dinâmico economicamente do país. A Amazônia, devido a sua atrasada base agrícola, estava excluída do processo econômico, social e político, por isso o governo federal criou uma política de ocupação territorial, transferindo a esta a responsabilidade de prover, com recursos próprios, tarefas sociais e de desenvolvimento complementar ao desenvolvimento nacional.

Assim, foram implantados os grandes projetos minerais na região Amazônia, os quais são entendidos como aqueles que geram impacto, isto é, são empreendimentos ou complexos produtivos de grande porte, instalados a partir da década de 70 e patrocinados e/ou financiados em grande parte pelo Estado, cujo investimento é equivalente ou superior a um milhão de dólares (BECKER; MACHADO, 1994). Dentre esses, destacam-se, no estado do Pará, os projetos minero-metalúrgicos (Trombetas, Albras/Alunorte, Grande Carajás) e as hidrelétricas de Tucuruí e de Balbina.

Como se vê, o modelo de desenvolvimento na Amazônia sob a ótica da integração nacional impulsionou a modernização das estruturas econômicas a partir de uma política conduzida pelo Estado e, ao mesmo tempo, excluiu diversos segmentos sociais de acesso à riqueza produzida, com a implantação dos projetos acima referidos. Sendo assim, a ocupação da Amazônia, a partir do século XX, sob

a intervenção direta do Estado Nacional, impôs a implantação de um modelo de desenvolvimento para essa região que tem como resultado o aumento da concentração de renda e o processo de urbanização das cidades, devido à migração de certos segmentos populacionais do interior do Estado do Pará. Esse modelo baseado no processo da industrialização brasileira, contraditoriamente, fez surgir um abismo social e econômico entre as regiões, a partir da concentração dos setores mais dinâmicos da economia.

A partir de 2003, com o governo Lula, foram criadas estratégias de desenvolvimento pautadas em princípios ideológicos do social-liberalismo, entendido como uma reformulação do pensamento neoliberal, denominado de Pós-Consenso de Washington, que prevê, dentre outras medidas, a responsabilidade fiscal. Assim, a agenda política dos Programas Brasil em Ação (Plano Plurianual/PPA 1996-1999) e Avança Brasil (PPA 2000-2003), realizados respectivamente durante o primeiro e o segundo mandatos de Fernando Henrique Cardoso, objetiva eliminar todo tipo de barreiras ou discriminações contra os capitais, com fortalecimento do entorno legal e regulatório, a partir, por exemplo, da desregulação do mercado de trabalho e melhoria das regulações com respeito a investimentos privados em infraestrutura e serviços sociais; da parceria entre o público e privado, sustentabilidade do meio ambiente; e da maior ênfase no combate à pobreza e à distribuição de renda (WILLIAMSON; KUCZYNSKI, 2004).

A adoção desses princípios significou, sem dúvida, a imposição de novos planos de desenvolvimento regional para a Amazônia e o Pará, dos quais se origina o Plano Amazônia Sustentável (PAS), em 2003, com foco na expansão do mercado interno e externo, sobretudo, com a condicionante estabilidade macroeconômica e o atributo da sustentabilidade ambiental, com importância equivalente à inclusão social, ao dinamismo econômico e à redução das desigualdades regionais.

No Plano Plurianual Anual (PPA 2012-2015) do governo Dilma, a agenda política do neodesenvolvimentismo é reforçada com o Plano Brasil sem Miséria, *país rico é país sem pobreza*, com ênfase na ideologia política de crescimento econômico com desenvolvimento social. O Plano mantém as estratégias de infraestrutura e integração ampliação de Programas já existentes, como o Bolsa Família e outros programas com foco na Amazônia, como por exemplo, o Bolsa Verde e Água para Todos.

Em síntese, os projetos do governo FHC e os Planos de desenvolvimento para Amazônia do governo Lula e Dilma têm por estratégia a revalorização do conceito de integração ao espaço produtivo brasileiro e da política de integração regional da América do Sul, e a redefinição da matriz dos novos planos de desenvolvimento. Tais estratégias apresentam princípios políticos ideológicos antagônicos, quando se trata de adotar uma agenda política de alívio às expressões mais agudas da questão social e de man-

ter a concentração e centralização do capital sob o domínio das economias desenvolvidas.

Fica evidente que os planos de desenvolvimento para a Amazônia são medidas “[...] canalizadas para aumentar a produtividade do trabalho, melhorar a qualidade de infraestrutura econômica, ampliar as dimensões dos respectivos mercados internos e estender as fronteiras dos espaços econômicos” (SAMPAIO JR, 2010, p. 43), a partir de grandes investimentos em Programas de infraestrutura, como os gastos em rede de transporte (para facilitar o escoamento da produção), o incremento no sistema de telecomunicações (garantia de uma moderna e ágil comunicação entre as grandes corporações) e ainda um incremento no abastecimento de energia. Essas principais medidas de investimentos fazem parte dos planos de infraestrutura de integração político-econômica ao mercado regional e mundial, conhecidos como Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

O objetivo principal desses planos no Brasil e na Amazônia é promover o escoamento da produção para mercados como a China³, a Coréia do Sul e o Japão,

³A China se tornou, em 2009, o maior parceiro comercial do Brasil, à frente dos EUA. As exportações brasileiras para a China no primeiro quar-

diminuindo os entraves para a exploração dos commodities (madeira, ferro e alumínio em lingote) e para a exploração de energia por meio da hidroeletricidade, e a grande disponibilidade de uma superpopulação relativa que concorre entre si para ocupar os postos de trabalho gerados pelos projetos, possibilitando, com tudo isso, maior facilidade de exportação de produtos. É nesta perspectiva de desenvolvimento que se pode compreender o trabalho extrativista com o açaí, na Ilha do Combú - Pará.

O trabalho extrativista com o açaí na Ilha do Combú e as condições de vida dos trabalhadores e de suas famílias

A Ilha do Combú localiza-se ao sul da cidade de Belém, há cerca de 1 km. Apesar de estar em condições descontínuas de espaço, faz parte da Região Metropolitana de Belém (RMB). Localizada na foz do rio Guamá, a Ilha do Combú possui uma área de 15 km², coberta por matas densas, onde se encontram espécies como a palmeira do açaí e árvores frutíferas como o cacau. No Combú, as ruas são formadas por rios, onde trafegam pequenos barcos típicos, usados nas atividades cotidianas dos ribeirinhos.

to de 2009 cresceram 64% em comparação ao mesmo período no ano anterior. Os principais produtos vendidos pelo Brasil à China são soja e ferro, e em 2009 as vendas subiram 70% e 50%, respectivamente (LOPES, 2010).

O trabalho extrativista do açaí⁴ realizado nessa localidade é baseado no sistema de valores do trabalhador extrativista e insere-se na organização do espaço por meio do sistema de manejo, apoiado em saberes, práticas e tradições do mencionado trabalhador. Tais características podem ser percebidas no processo de trabalho que ainda se dá com instrumentos rudimentares, dada a ausência de incentivo às inovações tecnológicas por parte das esferas governamentais, e também a falta de infraestrutura para conservação e escoamento do produto. Dessa forma, esse trabalho se limita ao “extrativismo pelo extrativismo”, exercido em condições de trabalho precárias (não garantia dos direitos trabalhistas – férias, 13º salário, FGTS, etc.) e previdenciárias.

Com efeito, as condições de trabalho sob as quais os trabalhadores dessa Ilha estão submetidos não geram a capacidade de diversificação do produto e, em consequência, não proporcionam o aumento da renda e nem a melhoria das condições de vida desse segmento populacional, pois, como se sabe, é o trabalho que determina a produção e a reprodução da existência do ser social. É a partir do trabalho que o homem subordina as forças

da natureza “ao seu próprio poder”, transformando-as em meios, em objetos de trabalho, em matérias primas, etc. “Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, um processo em que o ser humano, com a sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 1989, p. 202).

Embora a população ribeirinha que reside na Ilha do Combú e vive do trabalho extrativo do açaí possua o interesse de se inserir na produção mediata deste, a exemplo, a produção do seu subproduto palmito, as condições objetivas históricas não permitem. Até o início dos anos 70, quando o palmito não era amplamente demandado pelo mercado regional, nacional e internacional, o produto extrativo mais importante do açazeiro era o seu fruto. Tal importância decorria do fato de que o “vinho” constituía elemento fundamental na dieta alimentar das famílias ribeirinhas, além de ser também eventualmente comercializado, adquirindo neste caso o sentido de possibilidade de geração de renda (MOURÃO, 2001). Assim, o trabalho de extração do açaí aumenta, transformando este fruto numa mercadoria e, conseqüentemente, seus extratores em produtores de mercadorias. Isso aproxima cada vez mais trabalhador e interesses da economia de mercado.

Dessa maneira, para os trabalhadores pesquisados a produção do açaí é utilizada no grande consumo cotidiano, assim como por toda a população residente nas localidades que se encontram

⁴ O açaí é um produto típico da região amazônica e possui um valor agregado, principalmente, o suco da fruta conhecido como “vinho do açaí”, o preparo de polpas, doces, sorvetes, geléias etc. É considerado um produto exótico e tem como variação de produto: sobremesas, sucos, licores alcoólicos, cosméticos, creme dental e outros. Vem ganhando mercado tanto em empresas quanto em restaurantes e lares.

às margens do estuário dos rios da Amazônia. Porém, constata-se que o consumo de parte desta produção vem alcançando mercados em outras regiões do país, assim como o mercado externo, pois

[...] nos últimos anos é crescente a importância econômica do fruto de açaí em vários Estados da região da Amazônia, visto que o açaí é há séculos fonte básica de alimentação para a sua população local e possui um amplo mercado regional. Estima-se que 59% do comércio de açaí é regional – ou seja está circunscrito às cidades da região do estuário do Rio Amazonas (LAMEIRA, 1997, p.16.).

Pelo exposto, pode-se deduzir que a produção do açaí é caracterizada por dois momentos: o autoconsumo, por uma parte da população ribeirinha que na maioria das vezes são os próprios trabalhadores e a comercialização que visa à geração de renda para garantir, em parte, a sua reprodução social

[...] as famílias que trabalham na extração do açaí, em geral, reservam para o autoconsumo entre 1/3 a 1/5 do produto total coletado. Uma família de 10 pessoas consome 01 rasa de açaí por dia, o que significa 20 L ou 14 Kg. Em função do tamanho da safra e da demanda local (cidade), o preço da rasa (14 kg) pode variar de US\$ 17. Também, em cidade como Belém, a demanda por açaí pode chegar a 04 toneladas/dia (SHANLEY, 1998, p.29).

Constata-se, então, que as famílias que sobrevivem da extração e da coleta do açaí-palmito têm nessa atividade uma

das principais fontes de renda e consumo. Assim, a forma extrativa do açaí vem atendendo minimamente à reprodução social das pessoas residentes na referida Ilha, na medida em que estas buscam estabelecer um valor agregado a esta produção.

Contudo, a renda obtida com o trabalho de extração do açaí não tem assegurado o atendimento das necessidades básicas dos trabalhadores e de sua família, embora Belém que é a capital do estado do Pará, seja uma das cidades mais desenvolvidas da Região Norte, com um Índice de Desenvolvimento Humano no Município (IDH-M) de 0,81, o que indica o parâmetro de desenvolvimento e condição de vida, relacionando os fatores de escolaridade, longevidade e renda a uma esfera municipal (PORTALANGELS, 2012). Porém, o seu núcleo urbano está dividido oficialmente em 20 bairros e dezenas de áreas de invasão (terrenos ocupados de forma desordenada pela população, geralmente, por famílias carentes oriundas do interior do Pará ou de Estados do Nordeste). Na maioria dessas áreas não há infraestrutura urbana, o que gera graves problemas sociais.

Constata-se, então, uma contradição social, visto que o Brasil ocupa o terceiro lugar na produção de frutas para exportação. Este país também vem descobrindo o crescente mercado de frutos nativos, devido à eficiência da comercialização que vem sendo assegurada por meio do

desenvolvimento de novas técnicas relacionadas, principalmente, com a conservação, embalagem e transporte.

Assim, as condições de vida das famílias que residem na Ilha são precárias, não somente pela baixa renda obtida com trabalho de extração do açaí, mas também pela deficitária rede de serviços públicos oferecidos, tanto na referida Ilha quanto no município de Belém. Há que se destacar que os trabalhadores são “vítimas” fáceis de atravessadores, visto que não contam com alternativas para melhorar a qualidade do seu produto e, assim, para ampliarem a venda deste para outros mercados. Dessa forma, não há possibilidades do sustento digno dos trabalhadores e de seus familiares, uma vez que a renda obtida é incerta devido, principalmente, à variação de preço do açaí no mercado. Além disso, esses sujeitos são explorados pelos compradores do açaí, pois, no preço do produto, não é acrescido o valor das horas de trabalho da extração de tal fruto.

O maior mercado para a comercialização da produção do açaí oriundo da Ilha do Combú é o chão da feira do “Porto da Palha⁵”, onde há variações muito grandes do preço, dependendo muito da produção de cada família e da negociação entre os envolvidos na cadeia de co-

⁵ Porto da Palha: porto localizado no bairro da Cremação, na cidade de Belém. Nele barcos ancoram trazendo produtos de várias localidades próximas de Belém, para serem comercializados. Ocorre também neste porto o desembarque de pessoas que chegam para estudar, trabalhar, ou veem em busca de outras necessidades na capital.

mercialização do produto, principalmente, os maqueiros (trabalhadores que compram o fruto para garantir a venda do suco do açaí em seus estabelecimentos). O valor pago pelo produto aos extratores durante a safra gira em torno de R\$ 20,00 a R\$ 40,00 por rasa (recipiente para armazenar o açaí), possibilitando assim poucos recursos a estes trabalhadores. Assim, constatou-se que a renda obtida pelos pesquisados com o trabalho extrativista de açaí situa-se entre: 1 (um) salário mínimo (67%), 2 (dois) salários mínimos (30%) e 02 (dois) salários e ½ (3%).

O preço da rasa do açaí é alterado devido à sazonalidade da produção de tal fruto. Por exemplo, no “açaí de inverno”, a produção ocorre num pequeno intervalo entre o mês de janeiro e fevereiro, possibilitando aos trabalhadores o alcance de maiores valores, que giram em torno de até R\$ 80,00 a rasa. A renda obtida por estes no período da safra pode aumentar, em virtude da crescente demanda e da ampliação da comercialização, mas há uma perda de lucratividade, visto que quanto maior a produção menor são os preços pagos pelas rasas pelos atacadistas, supermercados, restaurantes, maqueiros, atravessadores, etc, no chão das feiras. Contudo, a renda obtida por cada trabalhador não é garantida de forma homogênea, pois a produção do açaí depende também do tempo disponível para a sua extração.

A renda obtida com esta forma de trabalho é insuficiente para garantir o sustento da família dos trabalhadores, pois 67%

destes recebem 1 (um) salário mínimo por mês, 30% recebem 02 (dois) salários mínimos e apenas 3% conseguem obter mais de dois salários mínimos. Essa renda não garante a reprodução social desses trabalhadores, nem a de suas famílias. Assim, eles desenvolvem outras formas de trabalho precário (tais como, a venda de outros produtos extrativos – pupunha, cacau, cupuaçu, etc; a venda de farinha, bombons de frutas típicas, carvão vegetal; bem como a atividade de barqueiro, manicure, diarista, carpintaria, pedreiro, pesca, ajuda de parentes, venda de cosmético, etc), ou passam a ser usuários dos programas de transferência de renda do governo federal (Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) ou então, aposentam-se.

Constata-se, então, que não há políticas de geração de trabalho e renda que possibilite meios para agregar à produção do açaí extraída pelos trabalhadores pesquisados. Segundo ALEGRETE apud SAMPAIO (2000, p.103), trata-se de mudar, radicalmente, o tradicional sistema de aviamento que predomina na região, a partir do qual os produtos extraídos não remuneram o extrator. Agregar valor aos produtos da floresta por meio de seu processamento pelas populações que os coleta é hoje uma das vias mais significativas de mudança do quadro de exploração social em que vivem as populações extrativistas da Amazônia, pois existem famílias nas quais os cônjuges e filhos

são trabalhadores extrativistas, porém não possuem acesso ao crédito e a financiamentos para sua produção do açaí ou de agricultura perene.

Contudo, não foi identificada nenhuma organização dos trabalhadores pesquisados para lutar por um projeto coletivo capaz de potencializar essa forma de trabalho, isto é, a força de trabalho não transferível que, segundo a concepção de Tepicht (1973), seria a capacidade de trabalho de pessoas ligadas entre si pelo laço do parentesco que, mesmo sem estarem disponíveis no mercado de trabalho, envolvem-se nas atividades produtivas do estabelecimento familiar, em razão desta mesma comunidade doméstica de interesses.

Os trabalhadores da extração do açaí, em geral, começam a exercer essa atividade ainda na idade jovem, o que, segundo os próprios pesquisados, faz com que deixem a frequência escolar em plano secundário, pois a necessidade de garantir a reprodução social das famílias impulsiona-os para o trabalho. Os dados da Secretária Municipal de Educação de Belém – SEMEC (relatório de 2007/2008, p. 52), no polo da extensão da escola que funciona regularmente na Ilha do Combú, com alunos de educação básica de 06 a 10 anos e de 10 a 12 do Ensino Fundamental, apontam que todos os anos, quando começa o ciclo produtivo do açaí, há certa diminuição do número de frequência dos alunos nas salas de

aula, situação atribuída ao trabalho extrativista do açaí.

Constata-se, então, que esse tipo de trabalho contribui para a geração de renda para as famílias, mas acaba sacrificando a formação e o ensino de seus filhos que se constituem força de trabalho, inclusive o trabalho infantil. Em consequência, algumas famílias usuárias do Programa Bolsa Família possuem filhos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. As esposas ou companheiras dos trabalhadores que não exercem o trabalho extrativista se ocupam do trabalho doméstico e da criação dos filhos, o que contribui ainda mais para a baixa escolaridade na Ilha. O depoimento de uma pesquisada é ilustrativo sobre esta situação: “[...] nós ganhamos bebê muito novinha e os nossos filhos não têm com quem ficar”.

Constata-se, então, que o trabalho extrativista do açaí na Ilha do Combú determina as condições de vida, isto é, o modo de ser e de viver dos trabalhadores e de seus familiares, o que significa dizer que a vida dos trabalhadores expressa uma relação direta com o trabalho que exercem em determinado momento histórico, em uma dada sociedade, uma vez que não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e nos meios de subsistência imprescindíveis a cada sociedade (MARX, 1989).

Considerações finais

As frutas amazônicas em geral têm, hoje, apelo comercial no Brasil e no mundo, quer seja pela curiosidade que despertam, quer sejam pelos sabores únicos cada vez mais apreciados no mundo inteiro. O açaí é hoje uma das mais conhecidas dentre as frutas locais que têm contribuindo na pauta da exportação tanto para as diversas regiões do Brasil quanto para os Estados Unidos. Apesar disso, poucos estudos e registros a respeito de tal produção têm sido efetuados. O extrativismo do açaí é a forma de trabalho que se apresenta para alguns trabalhadores/famílias como a principal fonte de geração de renda voltada para a reprodução social e, para outros, como o complemento da renda familiar, visto que outros membros da família contribuem para este tipo de renda por meio de trabalhos informais realizados na cidade de Belém-Pará, tais como reparar e lavar carros – flanelinhas, como mostra o relato a seguir: “quando nós apanha bastante, o dinheiro é bom que dá pra vender na feira, quando não, os filhos pequenos ajudam com o trabalho lá nas ruas de Belém”. Esta forma de trabalho é desenvolvida com maior intensidade, no período da entressafra do açaí.

Este estudo permitiu refletir sobre o trabalho da extração de açaí e sobre as condições de vida dos trabalhadores/famíliares envolvidos nessa atividade, e oferece elementos para gerar reflexões e ações para que essa forma de trabalho não se assemelhe a outras experiências de trabalhos extrativistas já vivenciados na região Amazônia, como o da

borracha e o da castanha, que possibilitaram a acumulação de riquezas ao capital estrangeiro, o que provocou o aumento das desigualdades regionais no país e, em consequência, o aumento da pobreza.

Essa realidade precisa ser transformada. Primeiramente, no que se refere à valorização do trabalho extrativista. A seguir, urge a implantação de políticas públicas que, realmente, assegurem o acesso desses trabalhadores à garantia ao trabalho e o acesso aos direitos sociais, como: escola, saúde, crédito e incentivos para a construção de espaços adequados para o armazenamento da produção e infraestrutura necessária para o escoamento da produção, tendo em vista a extinção da extração da *mais-valia* por parte dos atravessadores, o que impõe a adoção de um novo modelo de desenvolvimento que expresse a conexão com um projeto de sociedade comprometido com os interesses e necessidades dos trabalhadores que geram a riqueza deste país.

Referências

- BECKER, B. K. MACHADO, L. O. Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia brasileira: uma contribuição. In: BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia**. Zahar: Rio de Janeiro, 1994.
- BENCHIMOL, S. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1999.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1974.
- COSTA, J. M. Monteiro da. Grandes projetos e o crescimento da indústria na Amazônia. In: D'INCAO, M. Ângela; SILVEIRA, I. Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a crise da Modernização**. 2 ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.
- FUTEMMA, Célia. Uso e Acesso de Recursos Florestais: caboclos do Baixo Amazonas e seus atributos socioculturais. In: ADAMS, Cristina et al. **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: FAPESPA/ANNABLUME, 2006.
- HOMMA, Alfredo. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa-SPI, 1993.
- LAMEIRA, Oscar. **Regeneração, manejo e exploração de Açaizais Nativos de Várzea do Estuário Amazônico**. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará/Emílio Goeld/ Embrapa, Belém.
- LEAL, Aluizio. **Uma sinopse histórica da Amazônia**. [1991].(mimeo).
- LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LOPES, Carlos et al. Crises e oportunidades em tempos de mudança. **Documento de referência para as atividades do núcleo Crises e Oportunidades no Fórum Social Mundial Temático/Bahia**. Jan. 2010.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 6 ed. São Paulo: Paz e terra, 1989^a.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I, v. 1**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989^b.

MOURÃO, L. Grossmann, M. **Açai: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Emílio Goeldi, 2009.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Imperialismo, reversão colonial e revolução na América Latina**. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

SHANLEY, Patrícia. **Frutíferas da mata na Vida Amazônica**. Belém, 1998.

TEPICHT, Jerzy. A natureza da economia camponesa. In: **MARXISM ET AGRICULTURE: le paysan polonais**. Paris: Armand Colim, 1973.

WILLIAMSON, J. e KUCZYNSKI, P. **Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2004. Disponível em: <www.portalangels.com/.../dia-do-aniversario-e-belem-12-de-janeiro>. Acesso em: 12 jan. 2012.